



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributário**

Processo Nº: 1/0721/2006
Auto de Infração Nº: 1/200601284
Relator: Marcos Antonio Brasil

RESOLUÇÃO Nº 230 /2009
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18/02/2009
PROCESSO Nº 1/0721/2006 INFRAÇÃO Nº 1/200601284
AUTUANTE: 038.120.1.4
RECORRENTE: MARIA VALDA DE SOUSA LIMA
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS ANTONIO BRASIL

EMENTA: OMISSÃO DE VENDAS DE MERCADORIAS.
Autuação **PROCEDENTE**. Infração detectada através do fluxo de caixa. Decisão amparada nos Arts. 3º, I; 127, I e §2º, IV; 169, I; 174, I; e 874, todos do Decreto nº 24.569/97. Penalidade prevista no Art. 123, III, "b" da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 13.418/2003. Defesa Tempestiva. Recurso Voluntário. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO

O Processo em análise acusa de ter o contribuinte em questão omitido receitas no montante de R\$ 58.658,43 (cinquenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e três centavos), conforme levantamento de fluxo de caixa, tendo a infração ocorrido nos meses de Janeiro/2003, Fevereiro/2003, Março/2003, Abril/2003, Junho/2003, Julho/2003, Agosto/2003 e Outubro/2003.

A penalidade sugerida foi a disposta no Art. 123, I, "c" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.41/2003.

Tempestivamente o contribuinte se manifestou nos autos fls. (100/101) argumentando, em síntese, que:

- deve ser declarado nulo o levantamento fiscal, vez que a apuração do suposto crédito tributário foi falha, por não ter sido considerado o saldo inicial referente ao exercício de 2003, circunstância que impossibilitou a identificação do movimento real tributário;
- a defendente ficou impossibilitada de elaborar a sua defesa, sendo a omissão vício insanável, implicando em nulidade de todos os atos praticados pelo fiscal;
- solicita-se a declaração de insubsistência do Auto de Infração;
- protesta a defendente pela juntada posterior de documentos e realização de perícias e diligências imprescindíveis à sua defesa.

Na instância singular o auto de infração foi julgado procedente.

No recurso interposto o contribuinte rebate a decisão singular nos seguintes termos:

- a) Inicialmente pede a nulidade do Ato Administrativo alegando para tanto a ocorrência de vícios processuais decorrentes do não cumprimento dos Arts. 821, II; 822 e 824, todos do RICMS, por ocasião do encerramento dos trabalhos de fiscalização. Segundo a defendente estão ausentes no Auto de Infração: o motivo da autuação e os dispositivos legais infringidos, ciência do sujeito passivo, descrição específica da fiscalização no que se refere ao projeto a ser executado;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

*Processo Nº: 1/0721/2006
Auto de Infração Nº: 1/200601284
Relator: Marcos Antonio Brasil*

**Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributário**

- b) No mérito aduz inconsistência do levantamento fiscal pela falta de exame criterioso da contabilidade da empresa, no que se refere à origem dos depósitos bancários e origem e destino do numerário transitado pelo seu caixa. No presente caso, alega que a fiscalização limitou-se apenas a comparar os depósitos bancários com as vendas efetuadas, sem verificar a real origem dos depósitos. Que o lançamento na conta Bancos reclama uma contrapartida na conta Caixa e nela está demonstrada a origem do dinheiro, que precisa obrigatoriamente originar-se de venda de mercadorias ou ativos da empresa;
- c) Informa que no período da suposta infração a empresa autuada contratou empréstimos para capital de giro, a fim de pagar despesas correntes, como fornecedores e salários, além de obrigações fiscais e previdenciárias. Que o mais caro instrumento de crédito bancário para o segmento foi utilizado em vários meses daquele ano: cheque especial;
- d) Com efeito a autuação não pode prosperar. Que cabia a fiscalização detectar e provar, por meios e elementos preciosos, a efetiva ocorrência do ilícito fiscal.

A Procuradoria Geral do Estado, em seu parecer de nº. 202/2008, sugere a manutenção da decisão condenatória proferida na Instância Singular e nos termos do parecer da Consultoria Tributária.

É o relatório,

MAB



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Fazenda

**Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributário**

Processo Nº: 1/0721/2006
Auto de Infração Nº: 1/200601284
Relator: Marcos Antonio Brasil

VOTO DO RELATOR

O processo que ora passamos analisar acusa o contribuinte acima identificado de omissão de vendas, detectada através do fluxo de caixa da empresa, revelando uma diferença a maior das despesas realizadas quando comparadas ao total de recursos auferidos durante o exercício fiscalizado.

Em folha anexa ao auto de infração, denominada "Outras Informações" o autuante esclarece que em diligência in loco constatou que a empresa exerce atividade industrial de confecções. Que ao elaborar o fluxo de caixa da empresa constatou uma omissão de receitas nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto e outubro de 2003 no montante de R\$ 58.658,43.

Diante do exposto fazemos as seguintes considerações.

Inicialmente, com referência aos argumentos apresentados pela defesa entendemos que em nada contraíram a decisão de primeira instância.

O pedido de nulidade suscitado pela defesa, por carecer de provas do que esta sendo alegado, não deve ser acatado. Ao analisarmos a peça acusatória, é possível constatar que o relato evidencia a infração de modo claro e preciso, aponta os artigos infringidos e a penalidade aplicável ao caso não deixando dúvidas quanto ao tipo de ilícito praticado. O argumento é portanto, inconsistente, inverídico e não guarda correlação com o que está posto nos autos.

No mérito o contribuinte afirma que contraiu empréstimos para capital de giro utilizado no pagamento de despesas correntes, o que justificaria o ingresso de recursos superior às vendas. A informação, no entanto, não corresponde a realidade dos fatos. Analisando a peça defensoria bem como os demais documentos embasadores da lide, verifica-se a inexistência de qualquer documento que comprove que a empresa tenha contraído empréstimos bancários para suprimento de caixa.

Com relação ao levantamento do fluxo de caixa elaborado pelo agente do Fisco (fls. 92) demonstra a ocorrência nos meses de fevereiro/03 a maio/03 e julho/03 a setembro/03 e novembro/03, desembolsos em montante superior aos ingressos de receitas, ou seja, ocorreram pagamentos sem que houvesse disponibilidade de caixa: a diferença encontrada corresponde a uma saída de numerário do caixa do contribuinte que não encontra explicação nos registros de sua escrita fiscal, e que, por consequência, vem confirmar a tese acusatória da entrada de recursos financeiros oriundos de vendas de mercadorias sem notas fiscais.

A infração em questão está claramente demonstrada no presente processo, não restando dúvidas quando à venda de mercadorias sem documento fiscal por parte do contribuinte.

Isto posto, voto no sentido de que seja dado conhecimento ao recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão condenatória proferida em primeira instância.

É o voto.

MAB

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO – R\$ 58.658,43

ICMS – R\$ 9.971,93

MULTA – R\$ 17.597,55

TOTAL – R\$ 27.569,48



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

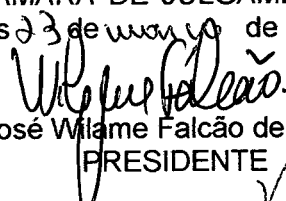
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributário


DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente a MARIA VALDA DE SOUZA LIMA e recorrido a CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª. INSTÂNCIA,

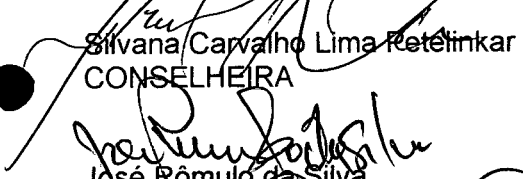
A 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso voluntário, afastar a preliminar de nulidade nele suscitada, posto que houve ciência do contribuinte no Aviso de recebimento relativo a intimação, com exercício do direito de defesa. No mérito, também por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ausente, momentaneamente, o Conselheiro José Moreira Sobrinho.

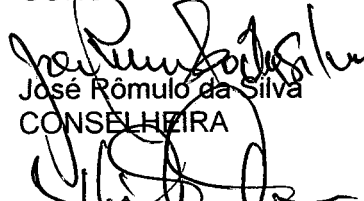
SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 23 de março de 2009.


José Wilame Falcão de Souza
PRESIDENTE


Sandra Maria Tavares Menezes de Castro
CONSELHEIRA


Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA


Silvana Carvalho Lima Retenkar
CONSELHEIRA


José Rômulo da Silva
CONSELHEIRA


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Marcos Antonio Brasil
CONSELHEIRO RELATOR


José Moreira Sobrinho
CONSELHEIRO


Sebastião Almeida de Araújo
CONSELHEIRO


Jeritza Gurgel Holanda Rosário Dias
CONSELHEIRA